

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.087 - ES (2019/0008682-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : GANESH LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA
ADVOGADOS : EMERSON MARCELO SAKER MAPELLI - SP145912
KÉSIA FERREIRA DE SOUZA DOS SANTOS E OUTRO(S) - ES023195
YNGRID RODRIGUES FLEGLER NUNES - ES024699
AGRAVADO : HAMBURG-SUDAMERIKANISCHE
DAMPFSCHIFFFAHRTS-GESELLSCHAFT KG
ADVOGADO : VICTÓRIA DE SOUZA MUSSO RIBEIRO E OUTRO(S) - ES027498

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

HAMBURG SUDAMERIKANISCHE DAMPFSCHIFFFAHRTS – GESELLCHAFT KG (HAMBURG) ajuizou ação de cobrança contra GANESH LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA. (GANESH), que foi julgada procedente.

Os agravos retidos e a apelação interpostos por GANESH não foram providos pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DIALÉTICO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INVIABILIDADE NO CASO CONCRETO. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA REGRESSIVA. AÇÃO AUTÔNOMA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. MÉRITO. SOBRESTADIA DE CONTÊINER. FATO INCONTROVERSO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO VALOR. INEXISTÊNCIA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. SENTENÇA REFORMADA DE OFÍCIO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. 1. Preliminar de ausência de dialeticidade recursal: Desnecessárias maiores digressões para rejeitar referida preliminar, uma vez que, não obstante as razões recursais serem basicamente reprodução da contestação, o seu conteúdo impugna de modo satisfatório os fundamentos da sentença, de forma que o não conhecimento do apelo sob esse fundamento, tolheria, a meu ver, o direito da apelante de amplo

acesso à Justiça, garantia constitucionalmente prevista no artigo 50, inciso XXXV da Magna Carta. 2. Agravo Retido. Preliminar de denunciação da lide: O colendo Superior Tribunal de Justiça, bem como o nosso egrégio Sodalício já afirmaram que "O instituto da denunciação da lide visa a concretização dos princípios da economia e da celeridade processual cumulando-se duas demandas em uma única relação processual, assim, 'o cabimento da intervenção depende necessariamente da possibilidade de atingir seus objetivos, o que implica dizer que será incabível sempre que atentar contra seus postulados fundamentais' (STJ; REsp 975799/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 28/11/2008)." (TJES, Classe: Agravo de Instrumento, 11159002234, Relator: NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO, Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 16/02/2016, Data da Publicação no Diário: 24/02/2016). Partindo desta premissa, incabível o acolhimento da denunciação da lide no presente caso, pois atentaria exatamente contra o principal objetivo do instituto, que é o de garantir a solução da controvérsia em tempo razoável. 3. Agravo Retido. Preliminar de prescrição: A conclusão que se extrai ao analisar os julgados sobre o tema, é que o prazo prescricional ânua para a cobrança da taxa de sobrestadia, previsto na supracitada lei, deve ser aplicado quando se tratar de transporte multimodal. Por outro lado, quando se tratar de transporte unimodal e havendo prévia estipulação contratual da referida cobrança com os dados e os critérios necessários ao cálculo dos valores devidos a título de ressarcimento pelos prejuízos causados, aplicar-se-á o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos, previsto no artigo 206, § 50, inciso I, do Código Civil. Em contrapartida, na hipótese de ausência dessa previsão contratual, seria o caso de aplicação do prazo prescricional decenal, na forma do artigo 205, do aludido diploma legal. Sobre o tema, incontroverso que a contagem do prazo prescricional tem início apenas quando da devolução dos contêineres, pois é somente a partir deste momento que a apelada pode mensurar a quantia a ser cobrada. Incontroverso também que a interrupção da prescrição retroagirá à data de propositura da ação, nos exatos termos do 240, § 10, do novo Código de Processo Civil. No presente caso, a restituição dos contêineres ocorreu entre os dias 11/06/2013 e 10/09/2013, ao passo que a ação foi ajuizada em 07/05/2014, motivo pelo qual a prescrição da pretensão autoral não pode ser verificada em nenhuma hipótese. 4. Mérito: Ab initio, mister ressaltar que restou incontroverso nos autos que a permanência dos contêineres em poder da apelante excedeu o free time, o que torna indubitoso o dever de indenização, conforme documentos apresentados às fls. 87/90, independentemente do reconhecimento de culpa da apelante. Ademais, o valor da multa contratual prevista não tem natureza de cláusula penal, mas sim

de indenização, sendo inviável, portanto, a sua redução, em virtude do princípio do pacta sunt servanda. Em sede derradeira, entendo não merecer acolhida a tese da apelada acerca da condenação da apelante em litigância de má-fé, uma vez que a simples interposição de recurso de apelação ao órgão colegiado buscando a alteração da conclusão da sentença, não caracteriza a existência de intuito protelatório, mas tão somente o acesso à Justiça e ao duplo grau de jurisdição. 5. De ofício, reformo a r. sentença para determinar que o valor da indenização seja corrigido monetariamente pelo INPC a partir do efetivo prejuízo até a citação, momento em que os juros de mora incidirão pela taxa Selic. Também de ofício, reformo a r. sentença para determinar que o percentual fixado a título de honorários de sucumbência seja calculado sobre o valor atualizado da condenação. Com fulcro no artigo 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento). (e-STJ fls. 823/827)

Os embargos de declaração interpostos por HAMBURG foram rejeitados. (e-STJ fls. 900/901)

Inconformada, GANESH interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 370, 371, 355, 373 e 374 do NCPC; e 104, 138, 147, 393, 408 e 884 do CC, ao sustentar que **(1)** não foi cientificada a respeito do prazo de dias livres e valor diário da sobreestadia de contêiner, o que inviabiliza a cobrança; **(2)** não há documentos que permitem a determinação do débito, o que gera a nulidade do negócio jurídico referente à cobrança de *demurrage*; **(3)** houve cerceamento de defesa; **(4)** é caso de denunciação da lide de SAFERPACK PLÁSTICO LTDA.; **(5)** não houve descumprimento de prazo que ensejasse a cobrança do valor em questão; **(6)** houve excludentes da responsabilidade da ora recorrente, pois a burocracia portuária é fato inevitável, o que configura caso fortuito e de força maior; **(7)** a prescrição é anual; e **(8)** o pagamento dos dias em atraso na devolução de contêiner significaria enriquecimento sem causa da recorrida.

O apelo nobre não foi admitido em virtude **(a)** da questão da prescrição esbarrar no óbice da Súmula 83 do STJ; **(b)** da questão da denunciação da lide, atrair a incidência da Súmula 7 do STJ; e **(c)** das matéria relacionadas aos arts. 104, 138 e 147 do CC/02 e 355, 370, 371, 373, 374 e 393 do NCPC não terem sido prequestionadas, incidindo as Súmula 282 e 356 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, GANESH sustentou que **(a)** a ação foi julgada em Foro incompetente; **(b)** o prazo prescricional é anual; **(c)** houve o prequestionamento da matéria; e **(d)** não busca reexame de provas.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 1043/1073).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada referentes à incidência da Súmula 83/STJ.

Na hipótese em que se pretende impugnar a incidência da Súmula nº 83/STJ, devem ser indicados precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual.

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de GANESH, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

